

## ***The Deepest Wounds. A Labor and Environmental History of Sugar in Northeast Brazil***

*De Thomas D. Rogers*

The University of North Carolina Press, 2010

### || Marcos Costa Lima

O livro do historiador norte-americano Thomas D. Rogers, *Feridas profundas*, sobre a história da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, é uma bela e bem construída obra, realizada em mais de cinco anos de trabalho e adensada por uma disciplinada e consistente pesquisa de campo.

É um trabalho que interessa desde o grande público de não especialistas até o público acadêmico que se dedique aos campos da sociologia e economia regional, da sociologia do trabalho, da geografia, da história e da política – e com ênfase na cana-de-açúcar, na região Nordeste do Brasil e no estado de Pernambuco, em particular.

O autor trata de subtemas relevantes, a exemplo do trabalho escravo, da política social brasileira, da literatura dos cronistas internacionais do período colonial brasileiro nos tempos do Império, da geografia da paisagem, do meio ambiente e do agroambiental na cana-de-açúcar; da ciência política das elites brasileiras, do período militar no Brasil, da luta sindical no campo, da modernização das relações de trabalho e da *plantation*, da história oral e dos intelectuais nordestinos e pernambucanos.

Do ponto de vista teórico o trabalho é original, pois articula a produção canavieira com a paisagem,

a devastação florestal e ambiental, e as violentas relações de trabalho na região. A paisagem não é apenas materialidade, mas um conceito que articula as demais instâncias e identidades sociais.

O livro apoia-se em historiadores como Fernand Braudel, para dar conta da “história longa”, e em Christian Braanstrom e Stefani Gallini, para desenvolver uma história ambiental da cana-de-açúcar. A antropologia de Tim Ingold está presente na temporalidade das paisagens, bem como o sociólogo Pierre Bourdieu, para fazer valer uma “teoria da prática”. Sobre a análise da fome, o nosso Josué de Castro. Ainda presentes, uma ecologia dos lugares, e também as ricas abordagens interdisciplinares de John Rennie Short, com seu livro *Imagined Country: Society, Culture and the Environment*, ou Simon Schama, com *Landscape and Memory*; Henry Lefebvre, com seu fundamental *The Production of Space*, e finalmente *Unending Frontier: An Environmental History of the Early Modern World*, de John Richards.

Esta vasta arquitetura teórica foi amplamente articulada por Rogers, que se valeu também de uma rica e produtiva literatura sobre a história da cana-de-açúcar e da escravidão no período colonial brasileiro – Manuel Correia de Andrade; nas Guianas – Walter Rodney; na Jamaica – Trevor Burnard; no Caribe – Juan Giusti-Corder; em Angola – Joseph Miller; na Louisiana – Rebecca Scott J.; em Cuba – Rebecca Scott e Michael Zeuske; na Índia – Judith T. Kenny, entre outros.

Na literatura dos cronistas, tão fundamentais para a criação da historiografia brasileira, aí estão Hans Staden, Antonil, Henry Koster, Tollenare, entre outros.

Na literatura brasileira, Joaquim Nabuco, Júlio Bello, José Lins do Rego, Antonio Callado, Mauro Motta, Antonio Candido.

Nas ciências sociais brasileiras, figuras maiores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, José de Souza Martins e nomes mais novos como Lygia Sigaud, Elide Rugai Bastos, José Sérgio Leite Lopes. Entre os historiadores, Varnhagen, Evaldo Cabral de Mello, Caio Prado Jr., José Antonio Gonçalves de Mello.

As únicas críticas que poderia fazer em termos substantivos dizem respeito, em primeiro lugar, à omissão da chamada tríade revolucionária em Pernambuco, no século XIX, as revoluções de 1817, a Confederação do Equador, em 1824, e a Revolução Praieira, em 1848, todas elas manifestações que expressam a decadência do açúcar e a insatisfação com a política imperial. Em segundo lugar, a ausência notada de um autor fundamental para a compreensão da história econômica do Brasil, que foi Celso Furtado, não apenas com seu clássico *Formação econômica do Brasil*, mas com suas obras diretamente vinculadas ao tema, como *Operação Nordeste* e *A pré-revolução brasileira*.<sup>1</sup> Thomas Rogers chega mesmo a nomear Celso Furtado e a Sudene, mas sem se aprofundar nas análises do economista paraibano sobre o período em questão.

De todo modo, esses pecadilhos não desmerecem a obra pois, partindo de um formidável índice de importantes autores referenciados, adiciona o labor do historiador, as fontes de arquivos diversos, a exemplo do Arquivo do Tribunal Regional de Trabalho, e da Junta de Conciliação e Julgamento do município de Vitória de Santo Antão, entre muitos outros arquivos, e as mais de cinquenta entrevistas realizadas com técnicos, produtores, líderes sindicais, fornecedores de cana; mas também com os chamados “trabalhadores do eito”. Este é um dos pontos altos do livro, ao contrapor a voz dos de cima e não

sonegar a fala dos homens da rua, do *commons*.

A estrutura do livro está composta de uma introdução e três partes, que se distribuem num total de sete capítulos. A primeira parte, intitulada “A paisagem da Zona da Mata até 1930”, com três capítulos, tem início com uma bela descrição da região, de seu eterno verdor – a Mata Atlântica, até a criação da paisagem da cana pelo colonizador. Aqui, Tollenare, um francês que negociava algodão no início do século XIX em Pernambuco, descreve o que chama de *natureza virgem e sublime*. O capítulo descreve o espaço e o processo físico, que tem precedência, mas também a colonização, o início da produção do açúcar e seu rápido crescimento e o posterior avanço do algodão, indo até o final do século XIX.

O segundo capítulo explora, segundo Rogers, o rico veio da reflexão intelectual sobre a paisagem ao longo de diversas gerações, e aqui temos contato com os argumentos abolicionistas de Joaquim Nabuco, as interpretações de Gilberto Freyre sobre a casa-grande e a senzala, e o memorialismo de José Lins do Rego, em que Rogers realça a nostalgia de uma geração, uma contribuição importante para a história intelectual da região e do país.

No terceiro capítulo, que encerra a primeira parte da obra, é a vez de o autor situar a vida dos trabalhadores no contexto dos engenhos de açúcar, ampliando a visão da Abolição em 1888. Ainda trabalha a metáfora do “cativo”, que não se esgota com a Abolição e prossegue até os idos de 1964, quando das movimentações camponesas e dos assalariados da cana.

Na segunda parte, que cobre o período de 1930 a 1960 na região, há dois capítulos, que apresentam todo o período de modernização da indústria da cana, e a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, por Getúlio Vargas. Segundo o autor, a modernização agrícola traz consigo novas formações políticas

1. BERNARDES, D. A. M. e LIMA, M. C. (2009). Um cartesiano na encruzilhada da revolução. In: FURTADO, C.: *A pré-revolução brasileira*. Recife: Editora Universitária/UFPE, p. 9:21.

e incorpora os espaços cerrados de poder das oligarquias com traços aristocráticos, o que possibilitará, já nos meados dos anos 1950, alguma mobilização dos trabalhadores rurais. Também neste capítulo, o surgimento das forças contrárias ao *status quo*, a exemplo do Partido Comunista e da Igreja Católica progressista. Juntos os dois capítulos apresentam as mútuas influências políticas, sociais e agrícolas do processo de modernização e dos levantes, greves e manifestações dos trabalhadores da cana.

A terceira parte, também composta de dois capítulos, cobre o período 1964-1979 na Zona da Mata. No capítulo 6, há um amplo painel do que representaram o golpe de 1964 e os reflexos da ditadura na Zona da Mata. O autor se baseia em depoimentos de trabalhadores e líderes sindicais, como Gregório Bezerra, que foi barbaramente torturado durante o golpe de Estado. Registra o *parti-pris* dos proprietários de cana para não efetivarem os acordos estabelecidos anteriormente, durante o Acordo do Campo, no governo Miguel Arraes. Segundo o autor, “o tema central do período pós-golpe foi a aplicação sistemática do poder de Estado e o reconhecimento consciente deste poder pelos trabalhadores e produtores” (p. 177), mas a metáfora da cativo pelos trabalhadores permaneceu em toda a região ao longo do período.

No capítulo 7, Rogers apresenta o *boom* agrícola na região, provocado pela produção do etanol e expandindo a força da indústria da cana. Como uma de suas preocupações, o autor lança luz sobre os danos ambientais provocados pela nova expansão, com a lavoura da cana cobrindo novas áreas, avançando inclusive sobre o agreste, área tradicionalmente produtora de alimentos, atingindo e poluindo rios e riachos com o “vinhoto”. O autor ainda nos leva até os primeiros movimentos antiditadura militar, em 1979, quando o movimento sindical na Zona da Mata se rearticula para novas manifestações.

Finalmente, nas conclusões, Rogers extrai algumas lições e sínteses do longo processo da *plantation* no estado de Pernambuco e examina as mudanças

na agricultura da cana após 1980. O fim do regime militar e o surgimento do modelo neoliberal que o sucedeu fizeram afrouxar o controle governamental sobre a agroindústria da cana. Mas a crise energética mundial e os danos do aquecimento global trouxeram à tona o papel do etanol como possível substituto à gasolina, já utilizado amplamente no Brasil, mas agora transformado em *commodity* internacional.

De acordo com Thomas Rogers, as expressões intelectuais de Nabuco, Gilberto Freyre e José Lins do Rego defenderam a paisagem como algo pessoal e incorporaram os trabalhadores organicamente ao ambiente.

A violência perpetrada ao longo da história da cana ainda permanece. Muito mudou na paisagem e mesmo nas relações de produção. O grosso da produção de cana se deslocou para o estado de São Paulo, hoje com 70% da produção nacional. Um novo projeto para a Zona da Mata de Pernambuco, agora no Polo Industrial de Suape, desponta como um cenário de hipermodernidade, mas a *plantation* ainda se faz presente e os trabalhadores “cativos” da região ainda são a maioria.

Em suas palavras finais, quase ao modo de Montesquieu, o autor nos diz que a “paisagem prova seu valor como uma ferramenta conceitual para narrar a história, ajudando-nos a compreender este vínculo duradouro [...]. As decisões sobre a mudança da paisagem, assim, serão sempre a partir da mudança social ou dela resultarão. Situar os discursos sobre a paisagem significa a forma como a estrutura social atuará sob o ambiente material. Analisar esses discursos melhora a nossa compreensão das motivações e perspectivas que movem a ação de pessoas, e ajuda a explicar o porquê de as raízes da cana na Zona da Mata serem tão profundas. Profundas o suficiente para que proprietários e trabalhadores possam, dificilmente, ‘pensar em uma vida sem elas.’” (p.217) §

**Abril de 2011**